

## RELATÓRIO INSTITUCIONAL 2018

### 1. ASPECTOS GERAIS

O ano de 2018 foi marcado por momentos de reflexão, de angústia e de ressignificação do trabalho para o COL. O cenário político e social de fragilidade nas políticas sociais e de retrocesso no campo dos direitos humanos provocou a priorização de pautas importantes para o COL, que vinham sendo discutidas, mas que exigem a tomada de posição, tanto no âmbito interno como da atuação política da Organização.

Por tratar-se de um cenário em transformação devido a diferentes fatores contextuais e estruturais, foi fundamental a revisão das práticas e a revisão da identidade institucional e do papel social do COL, minimizando os riscos de se tornar apenas um braço terceirizado da ação do governo na prestação de serviços. Foi um ano de muitas análises e reflexões também sobre a precarização e extinção de serviços públicos e sobre o intenso embate político partidário envolvendo as eleições presidenciais, que evidenciou a fragilidade das conquistas no campo dos direitos e o discurso de “ódio” e violência.

A construção coletiva do planejamento estratégico e sua metodologia pensada em diversas fases, com momentos de formação e reflexão e outros de planejamento e elaboração de propostas e de monitoramento produziu diálogos, apropriações e reflexões sobre a realidade política e do próprio COL, evidenciando a necessidade do constante repensar as práticas e a razão de ser da Organização da Sociedade Civil.

A implantação do CDDH, foi um dos importantes movimentos nesse sentido e, em 2018 foi possível vivenciar na prática seus resultados. A parceria com o Proame Cedeca, trouxe um novo jeito de pensar o trabalho em rede e possibilitou vários momentos de formação e diálogo que contribuíram para o alinhamento de ações e articulações. Este movimento levou a inúmeras reflexões, entre elas o foco de atuação e o debate sobre as ações de atendimento realizadas pelo COL.

Nesse sentido, 2018 foi um ano de intensa participação em espaços de debate público e incidência política, ampliando a abrangência da atuação política do COL. No Município, o COL integra o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, compõe a coordenação do Fórum Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e o Comitê Municipal de Enfrentamento a Violência Sexual contra crianças e adolescentes, rede de medidas socioeducativas, além de participar do Conselho de Assistência e das redes socioassistenciais.

Também foi intensificada a participação em espaços na região, articulando ações para projetos em construção, mas tiveram destaque especialmente as articulações em âmbito estadual, como o Fórum DCA/RS, a Frente Estadual pelo Desencarceramento e o Comitê Estadual de Enfrentamento a Violência sexual contra crianças e adolescentes). A participação do CDDH na Associação Nacional de Centros de Defesa e no Encontro Nacional da Agenda pelo Desencarceramento e Seminário Nacional contra tortura em tempos de encarceramento em massa, levou o COL para articulações nacionais de grande relevância para as pautas de trabalho.

Na esfera local, inúmeros desafios se colocaram, especialmente de enfrentamento as propostas de cortes de orçamento e encerramento de serviços de atendimento à população mais vulnerável. Observamos muitas dificuldades na continuidade de serviços e programas e a falta de orçamento levou a inércia e morosidade nas ações da gestão pública. A articulação e mobilização via FDCA e Conselhos, impediu algumas ações de impacto negativo significativo para a política de atendimento a crianças e adolescentes no Município.

Na relação com a Prefeitura, o repasse de recursos ocorreu sempre com atraso mínimo de dois meses. Todavia foi possível o debate relacionado ao Edital da Proteção Básica e Especial, adequando a realidade, pois o formato anterior exigia uma proposta completa e inadequada financeiramente, fato que precarizava o trabalho e transferia a sustentabilidade da política pública para as OSCs. O debate possibilitou avaliar as ações e construir proposta que não prejudicasse o atendimento prestado e que fosse adequado a política de assistência social. A mobilização resultou em um Edital mais coerente com a realidade das OSCs e mantém o atendimento necessário a comunidade para o ano de 2019.

Em relação ao Estado, neste ano o diálogo fluiu normalmente e, salvo situações pontuais, o repasse de recursos foi normal. O novo Edital para o CAS possibilitou a negociação dos próximos cinco anos com a FASE, onde foi levado para mesa de discussão o custo real do atendimento. Apesar de ainda não atender a necessidade integral, houve uma evolução no entendimento do trabalho e o orçamento mais coerente para o próximo período.

A “conjuntura de crise” acabou por propiciar momentos de repensar e fortalecer o trabalho do COL, integrando e alinhando cada vez mais a atuação dos diferentes programas. Para tanto, foram realizados momentos de formação e partilha ao longo do ano, como cine-debates e formações sobre temas de trabalho, como justiça de gênero, a socioeducação, a política criminal sobre drogas e impacto na juventude, a política de encarceramento em massa, além daqueles demandadas pelo processo de planejamento.

No âmbito administrativo gerencial, as ações mais importantes estão detalhadas no ponto 2 deste relatório. Mas merece destaque a mobilização de recursos e busca por ampliação das fontes de receitas do COL: no ano, 06 projetos foram elaborados e destes, 03 aprovados. Também foi qualificado o fluxo de identificação de editais, de elaboração de projetos e de estruturação do Banco de Projetos.

Cumpre destacar também a atuação do Conselho Diretor do COL, com avanços importantes no debate político e sobre o papel da OSC, além de participar ativamente da gestão administrativa e patrimonial. A tomada as decisões sempre se deu de forma responsável, coerente com a realidade, acolhendo as propostas da equipe de trabalho. Teve a ousadia necessária para pensar a mudança no formato do trabalho da CCA direcionado ao cumprimento do Serviço de Convivência, priorizando a mobilização social e comunitária. Em relação ao CAS, tomou medidas para o bom uso do recurso no encerramento de um ciclo de 05 anos, pensando na continuidade do trabalho, melhorando as condições institucionais de execução no próximo período. Durante todo o ano o CDDH esteve próximo ao CDDH, apoiando as ações, ratificando posicionamentos públicos e denúncias, fortalecendo as parcerias e articulações para sua continuidade.

Em 2018, o CD criou mecanismos de aproximação com os associados e com a equipe, intensificando a comunicação. Mesmo com dificuldades que cercam o campo das organizações sociais, conseguiu agregar associados. Realizou reuniões ordinárias e extraordinárias sempre que necessário, além das assembleias de aprovação de contas em abril e de eleição, em novembro, cumprindo o que determina o estatuto social. Para além das exigências legais, o Conselho diretor esteve sempre presente junto a equipe de trabalho, estimulando a luta e apoiando nos momentos de dificuldade.

Na esteira da qualificação da gestão, foi concluído e aprovado o Plano de Gestão de Pessoas, com grandes avanços também no Plano Administrativo. Os processos são dialogados, sistematizados e já colocados em prática, melhorando desde já a comunicação e o desenvolvimento do trabalho.

A gestão de Imóveis também teve progressos importantes com o regulamento do Condomínio Prédios 777 e 776) e elaboração do projeto de reforma da parte baixa do Prédio Pe. Santini, uma demanda antiga e necessária. Outro avanço significativo foi a negociação dos 26 terrenos de propriedade do COL ocupados desde 2012. O diálogo estabeleceu um vínculo de

confiança e responsabilidade, que resultou no acordo com todos os ocupantes da área. Com preço acessível, cada morador dará um valor de entrada e parcela o restante de acordo com as condições escolhidas, tornando-se proprietário do terreno, resultado de uma negociação onde prevaleceu o bom senso e a justiça.

Apesar do contexto de crise, as decisões coletivizadas, a transparência e o bom senso possibilitaram ao COL manter o equilíbrio financeiro com o uso racional dos recursos e investir em captação de recursos para 2019 e na qualificação da equipe.

## ASPECTOS ADMINISTRATIVO-GERENCIAIS

**2.1. Contabilidade e documentos:** Assim como nos exercício anteriores, a contabilidade realizou o lançamento mensal referente à movimentação da documentação de todas as entradas e saídas financeiras e elaborou o balancete mensal, que foi apresentado em Assembleia com a prestação de contas sobre as receitas e investimentos nos programas do COL.

Em março de 2018 foi realizada a auditoria sobre a documentação contábil referente ao período de 2017 atestando que as demonstrações contábeis se encontram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do COL, como também as práticas contábeis, demonstrando coerência no trabalho realizado.

Toda documentação funcional encontra-se devidamente atualizada e organizada. As maiores dificuldades foram, a renovação do PPCI junto aos Bombeiros, como também a renovação do Processo da Filantropia. Em abril de 2018 o COL recebeu o comunicado do indeferimento do Processo por parte do MEC. Desta maneira o COL contratou um escritório Jurídico em Brasília, cujos advogados tem experiência na área da filantropia, para acompanhar mais de perto e tentar reabrir o Processo. Neste sentido, o advogado entrou imediatamente com recurso junto ao MEC para que fosse rediscutido o Processo da Filantropia.

**2.2. Departamento Pessoal:** os trabalhadores do COL estão distribuídos conforme tabela abaixo, com respectivo índice de rotatividade:

Dep	Descrição	01/2018	Adm.	Dem.	12/2018	Ind.Rotatividade
	ADMINISTRATIVO GERENCIAL	10	1	1	10	10%
	CASA DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	10	2	2	10	20%
	CENTRO DE ATEND SOCIOEDUCATIVO	21	4	6	19	32%
	***** Total Geral *****	42	7	9	39	23,08%

O de Plano de Gestão de Pessoas foi finalizado e aprovado pelo Conselho Diretor, sendo a referência para as ações do Departamento Pessoal. As principais ações realizadas no ano pelo DP incluem participar das seleções de novos/as trabalhadores – foram 06 no ano. As Admissões e integração dos novos trabalhadores com o COL está contribuindo com o “pertencer” ao grupo, através de ferramentas como whatsapp. A Folha de Pagamento está com as rotinas bem definidas, mas em processo de troca para outro sistema gerencial, integrado com a contabilidade, WinDp da Datacmpro. Como não é compatível com o Siger, utilizado atualmente, foi necessária a digitação das informações de cadastro e ficha financeira dos trabalhadores. Previsão de executar a primeira folha será em Jan/2019. Os cálculos dos Encargos sociais são automáticos, utilizando o certificado digital/conectividade para enviar as informações ao governo. No caso das rescisões, o sistema está calculando corretamente as

rescisões, após a mudança do método de cálculo para mensalista. O vale-transporte é calculado de acordo com dias úteis e dias em programas específicos, sendo realizado crédito mensal no cartão do trabalhador.

Em relação ao ponto eletrônico, a maioria dos trabalhadores realiza a marcação corretamente. Ainda persistem alguns esquecimentos, que motivaram o treinamento na admissão e abordagens pontuais em reuniões. No caso do Plano de Saúde que é administrado pelos próprios trabalhadores, foi escolhida uma comissão permanente para a organização e definidas algumas orientações. O COL realiza o pagamento integral da mensalidade e o desconta o valor correspondente em folha de pagamento.

O DP também realizou os encaminhamentos para o E-social, iniciando os cadastros em junho, enviando a 1ª fase com sucesso. Em agosto, o COL foi enquadrado em outro grupo de empresas, cuja obrigatoriedade inicia em 10/01/2019. Foram também realizados os PCMSO que são os exames médicos ocupacionais e as informações são necessárias para implantação do E-Social. O sistema também exige um controle maior do processo de prestação de contas. O DP depende do retorno das informações dos programas e tem um prazo estabelecido para envio, por isso teve um investimento em organizar a comunicação e a rápida tramitação das informações.

Todos os objetivos propostos no Planejamento Estratégico para o ano foram realizados, com destaque para implantação do E-Social, correção das informações cadastrais dos trabalhadores e aprimoramento da comunicação entre trabalhadores/as e os programas.

**1.3. Atendimento e controle:** em 2018, teve continuidade o trabalho cotidiano de recepção, atendimento aos associados do convênio de saúde e público em geral, bem como a atualização da agenda de reserva do auditório e uso de veículos, chaves e equipamentos. De forma não sistemática, são realizados serviços externos (correios, Prefeitura, Sedes, cotações de preços, recebimento de doações, e outros).

1.4. Em relação a aquisição de material de limpeza/expediente, a cada dois ou três meses é realizado levantamento de estoque de produtos para compra, sempre com uma preocupação especial para a economia, pesquisando preços e reduzindo consumo de alguns produtos.

1.5. No ano, foram realizadas 29 locações do auditório e pátio, sendo 6 locações comerciais e 23 solidárias. No convênio de saúde foram 13 exclusões e apenas uma inclusão, apontando a necessidade de reavaliar o serviço, uma vez que não vem atendendo seu propósito, considerando o perfil do público associado, os benefícios e o aporte de recursos.

1.6. Estamos em uma nova fase no administrativo, tentando otimizar espaço e tempo. Ainda estamos em fase de adaptação na organização do estoque e procedimentos de arquivos, mas certamente a melhor organização facilitará o fluxo de trabalho e a comunicação institucional.

**1.7. Comunicação:** durante o ano de 2018, a Comunicação foi centrada no apoio aos projetos e desenvolvimento do site da instituição, como abastecimento dessa ferramenta de trabalho. O CDDH também foi muito importante para a comunicação, que ficou envolvida com diversos projetos.

Os recursos financeiros foram obstáculos para o desenvolvimento do trabalho, atualmente usamos meios de comunicação on-line, por serem gratuitos e também atingem um grande público. O ambiente interno é favorável para o desenvolvimento das atividades, no entanto, em alguns momentos há dificuldades para definir questões e executar atividades, nas quais a comunicação fica dependente.

**2.5 Departamento jurídico:** em 2018, no Departamento Jurídico do Círculo Operário Leopoldense aportaram diversas demandas, entre elas revisões de contratos locatícios, de ofícios a serem remetidos para organizações, de editais municipais, estaduais e nacionais, além dar suporte ao Departamento Pessoal através de pareceres e orientações.

A assessoria jurídica manteve-se ativa junto aos processos judiciais que possui nas Comarcas de São Leopoldo e Novo Hamburgo. Em sua maioria, tratam-se de processos cíveis de cobrança de montantes locatícios devidos à instituição e que, com exceção de dois processos (abertos no ano de 2017), já possuem longa data de tramitação. Na Comarca de São Leopoldo, tramitam 18 (dezoito) processos cíveis, sendo o Círculo Operário Leopoldense réu somente em um deles. Na Comarca de Novo Hamburgo, existem três processos, sendo que em dois deles o COL é autor e em apenas um ele é réu.

No que se refere aos processos trabalhistas, houve uma mudança, no início do ano de 2018, em que a banca de advogados Andrio Fonseca Advogados Associados assumiram suas conduções, realizando defesas, audiências, recursos e também mantendo contato direto com o Departamento Pessoal a fim de sanar eventuais dúvidas que pudessem aparecer.

Quanto especificamente a atividade do Departamento Jurídico, foram realizadas em média 27 (vinte e sete) petições nos processos cíveis mencionados, assim como ingressou-se com um pedido de cumprimento de sentença e realizou-se uma réplica à contestação em outro processo, onde o réu foi encontrado (que tramita desde 2009). Também, realizou-se uma audiência de conciliação em outro processo, onde não houve o comparecimento da ré, ainda que existisse uma proposta de composição da dívida, com parcelamento. Somente um processo, onde o COL figurava com réu, restou arquivado no ano de 2018.

Com o intuito de não mais dar andamento ao processo de reintegração de posse de terrenos (divididos em lotes) existentes no bairro Paim e patrimônio do Círculo Operário Leopoldense, optou-se por buscar uma composição junto aos moradores. Assim, formulou-se uma proposta de venda desses terrenos (em faixas de R\$ 35.000,00, R\$ 30.000,00 e R\$ 25.000,00) que foi aceita por aqueles que neles vivem. Após diversas negociações, inclusive junto a procuradora dos compradores, formulou-se um contrato e estabeleceu-se as datas de 15 e 29 de janeiro de 2019 para a assinatura da escritura.

Por fim, outra atividade de destaque que o Departamento Jurídico trabalhou no ano de 2018 foi na consolidação de uma defesa junto ao Ministério da Educação e ao Ministério da Assistência Social para que ao COL fosse concedido, sem quaisquer impedimentos, a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS). Desde 2016, o Departamento Jurídico vinha respondendo às questões levantadas pelo MEC. Em 2018, a defesa no processo e a articulação jurídica e técnica junto ao MEC passou a ser realizada pelo escritório de advocacia Patriota & Dantas Advogado.

**2.6 Imóveis e manutenção:** durante o ano de 2018 retomamos as discussões sobre os assunto relativos aos imóveis, com a construção de diretrizes e procedimentos para lidar com os assuntos relacionados a eles, com o propósito de aprimorar as receitas advindas das locações, agilizar os fluxos de manutenção e prevenir demandas futuras com a padronização dos processos e regularização das relações com inquilinos. Para isso, foi adquirido um software de gestão de imóveis, que está em fase de implantação.

Além das relações locatícias, manutenções, adequação de PPCIs e regularização dos imóveis juntos aos órgãos competentes, a prioridade do exercício foi a organização e negociação dos 26 terrenos na Paim com a proposta de venda desses terrenos aos ocupantes/moradores (em valores entre R\$ 25.000,00 a R\$ 35.000,00, com possibilidade de parcelamento).

Outra prioridade definida para o ano foi o projeto de reforma do prédio Pe. Santini. Foi contratada uma empresa de arquitetura para fazer o projeto de requalificação do prédio,

solicitamos neste projeto a reforma da sala "D" que hoje se encontra fechada, adequação dos banheiros e instalação de cisternas para evitar a falta de água que hoje ocorre. O projeto também abarca a readequação da rede elétrica do prédio com a troca da caixa de energia elétrica e o desmembramento de medidores em todas as sala, já aprovado junto a RGE. A proposta inclui também a reforma da entrada do prédio com espera para elevador, que deverá alterar o acesso pela escada ao piso superior.

**2.7 Financeiro e Planejamento:** 2018 no COL foi um ano reorganização interna, de reflexão, avaliação e reestruturação do trabalho e conseqüentemente das equipes.

No que se refere a receitas, não obteve avanços, nas receitas próprias o valor arrecadado foi em torno de R\$ 1.152.000,00, valor dentro do esperado. Apesar de haver capacidade para ampliação da receita, o período não foi favorável para novas locações. No convênio com serviços de saúde também houve queda no valor arrecadado, requerendo uma análise da continuidade dos mesmos para 2019.

As receitas de convênios com entes públicos em 2018 foram: com o Município de São Leopoldo, para prestação de Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos no valor anual de R\$ 269.262,00 para atendimento de 150 crianças e adolescentes nos núcleos da Feitoria e Paim, sendo repassados em 2018 R\$ R\$ 172.032,54, com saldo de novembro e dezembro a pagar. A parceria com o Estado para o atendimento de medidas socioeducativas de semiliberdade para 20 adolescentes, o repasse mensal foi de R\$ 85.000,00, totalizando um repasse anual de R\$ 971.218,07, de um total de R\$1.103.443,089 das despesas do ano. Além dos Convênios continuados, no ano foi executado um projeto de equipagem da sede administrativa e da CCA no valor de R\$ 10.000,00 da Vara de Execuções Criminais do Foro de São Leopoldo/RS.

Outras ações importantes para o desenvolvimento do trabalho foram de reorganização de equipes, melhora nos salários e qualificação de espaço físico. Vale destacar o investimento institucional na captação de recursos de fontes externas que resultou no incremento de R\$ 300.000,00 no orçamento e nas ações para 2019. Em relação aos gastos houve otimização dos recursos, contudo ainda precisamos afinar melhor os fluxos internos e processos para definição de prioridades e uso consciente dos recursos financeiros existentes.

## **2. CDDH – CENTRO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS**

O Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDDH) de São Leopoldo foi inaugurado em 24 de novembro de 2017 e é resultado da parceria entre o Círculo Operário Leopoldense e o Proame Cedeca Bertholdo Weber. Assim, 2018 foi seu primeiro ano de atividades que se voltaram para a realização do atendimento jurídico-social a casos de violação de direitos humanos, para a elaboração de projetos e concorrência em seleções, na inserção em redes de articulações políticas e na construção do planejamento (2018-2020).

Neste ano, o CDDH realizou 17 atendimentos/acolhimentos de denúncias. A escuta sempre foi realizada por duas pessoas da equipe que posteriormente leva o caso/denúncia para discussão em grupo que avalia qual a melhor estratégia a ser adotada, com o fim de dar encaminhamento aos casos. A maioria das situações envolveu violência contra crianças e adolescentes, violência institucional (omissão ou ação de agentes do poder público), violência contra a mulher.

Além do atendimento direito e encaminhamentos, o ano foi de intensa inserção em espaços de articulação política municipal, estadual e nacional, compondo importantes redes temáticas de direitos humanos. Em cada uma dessas redes, o CDDH participa ativamente das reuniões, trazendo as pautas mais importantes, com o fim de interagir através da mobilização de outros atores e compondo ações de apoio a determinadas causas.

As redes Municipais que o CDDH encontra-se vinculado são: Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (COMDEDICA), Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS). No âmbito estadual integra o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CEEVSCA/RS), o Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FEDCA) e a Frente Estadual pelo Desencarceramento. Com abrangência nacional, o CDDH compõe a Associação Nacional dos Centros de Defesa (ANCED), o Movimento Nacional de Direitos Humanos/RS e a Agenda Nacional pelo Desencarceramento.

Além desses espaços, é preciso referir que outros momentos de articulação foram ocupados pelo CDDH ao longo desse ano, tais como: Reuniões com CREAS, CRAS, SEDES, SEDESC e SDH, diálogos sobre Direitos Humanos, encontros sobre o plano decenal, atividades relacionadas ao 8 de março (mulher) e 18 de maio (enfrentamento violência sexual contra crianças e adolescentes), exposição “nem tão doce lar”, diálogos com a população em situação de rua, participação em formação sobre o “Marco Regulatório”, Seminário de Direitos Humanos - Faccat, Seminário de Políticas Públicas, Redes e Sistema de Garantia de Direitos – IHU/Unisinos, entre outros.

O CDDH também foi chamado para realizar a formação com coletivos sobre suas pautas de trabalho, como: Formação sobre “Gestão Democrática e Governança Solidária” nos Cursos Inter-Regionais da Rede de Diaconia, ocorridos em Porto Alegre/RS e em Campinas/SP; Formação sobre “Direitos das Crianças e dos Adolescentes” para trabalhadores do Lar Padilha, em Taquara; Entrevista sobre Violência Doméstica, Acolhimento Institucional e Imigração na TV Câmara – Novo Hamburgo; Entrevista sobre os 28 anos do ECA - jornal VS, São Leopoldo; Entrevista sobre o CDDH na Rádio União, de Novo Hamburgo; Audiência Pública sobre a Construção do Plano Municipal de Direitos Humanos, na Câmara Municipal de São Leopoldo; Formação para Conselheiros de direitos e tutelares, em Novo Hamburgo, assessoramento na organização legal/estatutária de 02 OSCs, entre outros.

O CDDH produziu posicionamentos públicos e artigos sobre temas importantes para o cenário político e construiu agendas de formação e cine-debates sobre pautas como: direitos das mulheres, justiça de gênero, encarceramento em massa, socioeducação, políticas sobre drogas e impacto na juventude e gestão democrática além de artigo no Jornal Sinos da Comunhão, da IECLB sobre o próprio CDDH.

Para fortalecer o trabalho que durante todo o ano teve limitada sua atuação em razão de poucos recursos, também foi intenso o processo de elaboração e concorrência em editais de seleção de projetos. Foram elaborados quatro projetos, sendo dois contemplados. O processo de construção do planejamento (2018-2020) estabeleceu as prioridades para o período: a) consolidar o CDDH; b) fomentar a discussão sobre as pautas de direitos humanos; c) promover a proteção de indivíduos e grupos sociais nos casos de violação de direitos humanos; d) consolidar o CDDH como referência na defesa de direitos humanos na região. Para atingir tais prioridades, foram estabelecidas também ações, resultados e indicadores específicos.

Ao completar um ano de atuação, o CDDH celebrou com uma atividade formativa e sarau festivo, anunciando a aprovação do projeto Centro de Defesa de Direitos Humanos: articulando redes de proteção, que foi aprovado junto a seleção da Unesco/Criança Esperança. Será executado em 2019 e tem como objetivo colocar em pauta questões relativas a direitos humanos de crianças e adolescentes, potencializando ações articuladas em redes. Compreende a incidência sobre catorze municípios: Araricá, Nova Hartz, Ivoti, Nova Santa Rita, Dois Irmãos, Portão, Estância Velha, Campo Bom, Sapiranga, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Canoas. Esse projeto consolida o esforço do CDDH em 2018, garantindo condições para fortalecer sua atuação e ampliar a abrangência territorial.

### **3. CCA – CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

A Casa da Criança e do Adolescente – CCA, no ano de 2018, deu continuidade ao seu trabalho desenvolvendo ações previstas nos Plano de Ação e de Trabalho aprovado junto aos Conselhos de Assistência Social e dos Direitos da Criança. Para a realização do trabalho, a CCA – COL, contou com o apoio financeiro da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal DCA e da Vara Criminal de SL, mas especialmente de recursos de receitas próprias do COL.

Nas duas regiões Leste e Oeste foi executado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em conformidade com o que direciona o Sistema Único da Assistência Social, priorizando a participação efetiva das crianças, adolescentes, famílias e grupo de mulheres, tanto no planejamento quanto no monitoramento e avaliação, com o objetivo de fortalecer as ações, respeitando a cada sujeito. Entendo que a convivência é uma forma de conseguirmos chegar ao resultado dos vínculos estabelecidos e/ou fortalecidos.

Neste ano foram atendidos diretamente na Paim 78 famílias e 107 crianças e adolescentes. Já na Feitoria foram 62 famílias 104 crianças e adolescentes. Destes, 85 situações prioritárias e 126 não prioritários. Das situações prioritárias que foram acompanhadas vale destacar: trabalho infantil; violência e/ou negligência; fora da escola ou defasagem escolar superior a dois anos; egressos de acolhimento; em medida de proteção do ECA; e vulnerabilidade que diz respeito a pessoa com deficiência. Para este acompanhamento buscou fortalecer os vínculos familiares e comunitários, identificando e encaminhando casos de ameaça e/ou violação de direitos humanos de crianças e adolescentes em conjunto com os demais serviços da rede de proteção. Foram realizadas em média mais de 120 visitas domiciliares e mais de 300 atendimentos/conversas/orientações, 20 reuniões de discussão de casos em equipe, 24 reuniões de microrredes, 11 reuniões de discussão de casos com o CRAS Oeste, 10 reuniões de discussão de casos com o CRAS Leste, 07 encontros de famílias, 10 encontros do grupo de mulheres e 08 reuniões e ações com a comissão de família da Leste.

Este ano não foi diferente do anterior, marcado por diversos movimentos de luta na defesa dos direitos. O cenário foi difícil em relação ao atendimento de alguns serviços da rede, principalmente na área da assistência social, devido à falta de profissionais para compor a equipe mínima, o que incide negativamente nas ações de acompanhamento familiar, prejudicando a qualidade e continuidade no atendimento. Neste sentido, a CCA foi fundamental enquanto principal ator articulador da rede na busca da superação das demandas da comunidade.

No ano de 2018, a CCA continuou apostando na metodologia da educação popular, pautada em Paulo Freire, levando em consideração a realidade e os saberes das crianças e dos adolescentes, bem como das comunidades inseridas, sempre pensando em suas subjetividades e trabalhando para o fortalecimento de vínculos entre a comunidade e a instituição. A equipe, que embora tenha sofrido alterações de 2017 para 2018, se mostrou cada vez mais unida e apoiadora para as resoluções desse ano de combate ativo aos retrocessos nos direitos, trabalhando sempre coletivamente para cumprir o estabelecido em seu plano de ação, pensando em conjunto, realizando trocas e discussões para que as atividades, dinâmicas e todas as ações relacionadas ao trabalho estivessem de comum acordo para todos, bem como de acordo com o plano de ação, desde seu planejamento até sua execução e avaliação.

Ao longo do ano, no que se refere ao atendimento direto com as crianças e os adolescentes, foram trabalhadas temáticas, divididas em meses de acordo com o que cada mês representava. As temáticas que foram: justiça de gênero, meio ambiente, enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, combate ao trabalho infantil, estatuto da criança e do adolescente, direito a participação, pré-conferência da criança e do adolescente, direito ao brincar, consciência negra, encerramento do ano, entre outras, que foram inseridas de forma espontânea por desejo das crianças e adolescentes no decorrer dos meses. Para trabalhar todas

estas temáticas foram realizadas diversas ações e atividades que utilizavam do lúdico e da experiência/conhecimento de cada criança e/ou adolescente, para o melhor entendimento e compreensão dos mesmos, envolvendo recursos audiovisuais, descobrimento do corpo e seu movimento, atividades artísticas (plásticas, teatrais, musicais, etc.), assim como outras formas que iam de uma simples conversa à resolução de um problema em conjunto, com linguagem não violenta. Dos recursos audiovisuais vale ressaltar a utilização de filmes, que foram escolhidos de maneira democrática e do “cinema da CCA”, atividade que por iniciativa e desejo das crianças e dos adolescentes aconteceu em um horário diferenciado (de tardezinha), para tratar de temas por muitas vezes delicados e como isso apresentou resultado no trabalho e no diálogo.

A CCA teve o cuidado para que, ao longo do ano, em suas atividades, a construção fosse participativa e colaborativa entre a equipe e as crianças/ adolescentes, desde o planejamento do calendário mensal e semanal até a elaboração das atividades, dinâmicas e ações, tendo por vezes o protagonismo total das crianças e dos adolescentes, surpreendendo a todos com ideias e com uma organização própria para realizar algumas coisas. Com o empoderamento que foi dado aos que aqui estão, ou estavam, a apropriação do espaço, nesse ano, ocorreu de forma mais organizada e com as particularidades dos grupos.

Com a participação ativa das crianças e adolescentes, os grupos se fortaleceram e os encontros dos adolescentes dos dois núcleos da CCA, assim como o fórum de adolescentes foi mais requisitado pelos mesmos, que compreenderam a importância da representatividade e da participação nesses espaços que possibilitam a liberdade de dividir com iguais as suas angústias, seus dilemas, incertezas, alegrias, seus olhares sobre o mundo, entre outras divisões, apoios e discussões possíveis.

A aproximação das famílias e da comunidade com a CCA, merece destaque, pois ao longo do ano notou-se o quanto as mesmas estão mais próximas da CCA, seja por meio da comissão de familiares, formada na feitoria com o intuito de auxiliar e potencializar algumas ações da CCA; ou dos grupos de mulheres, espaço que fortaleceu a autonomia e trocas de experiências; ou até mesmo da atividade “Café Colonial da CCA”, que teve uma segunda edição no ano de 2018, devido ao seu sucesso no ano de 2017 e que reuniu, além da equipe e das crianças e adolescentes, representantes das famílias inseridas, a rede de serviços (CT; Escolas; CRAS e profissionais da saúde) e da comunidade, momento em que se pode explicar o trabalho referente a alimentação, para compreensão e ciência de todos/as.

As comemorações de aniversários, assim como outras datas e eventos festivos possibilitaram não apenas diversão. Mas também o entendimento da importância de si mesmo para todos os envolvidos, que crescem juntos por meio do convívio diário.

A nutricionista atuou constantemente tanto no acompanhamento da alimentação, bem como em ações diretas com os grupos de crianças, adolescentes, grupo de mulheres e famílias. Uma das ações direta realizada foram as medidas antropométricas e classificação nutricional das crianças e adolescentes da CCA, após foi dado algumas orientações nutricionais individuais e para as famílias, nos casos mais críticos.

Um dos direitos trabalhados foi o Direito à Alimentação, mas não somente a questão de acabar com a fome, que é muito importante, mas também de se ter uma alimentação mais adequada, que faça a conexão entre a terra e a mesa, que valorize pequenos agricultores, que diminua o consumo dos industrializados, que aproxime as crianças e adolescentes dos alimentos, onde então resgata-se o hábito de cozinhar, de preparar a alimentação, cuidando do corpo e da alma, trabalhando questões de afetividade, criando e fortalecendo vínculos.

Foi realizada visitas à Agricultor, aproximando as crianças e adolescentes da origem dos alimentos, visualizando de onde saem muitas das doações que são recebidas, podendo escutar o agricultor falar a respeito das técnicas que ele utiliza para deixar as hortaliças e legumes livres das pragas, sem o uso de agrotóxicos.

A inserção no território também se acentuou, com visitas as praças disponíveis na comunidade, assim como passeios de bicicleta que possibilitaram novos olhares e desejos para a comunidade a partir da ótica de quem vive nela e que vai crescer nela.

Foi utilizado o veículo de transporte da instituição para efetivar o direito à Cidade. Na CCA utiliza-se o conceito sobre o Direito à Cidade para exercer também outros direitos humanos de crianças e adolescentes; como o direito ao brincar em um espaço digno, direito ao lazer, direito ao esporte (Art. 16 ECA), direito à cultura, direito à participação (Art.53 ECA), e controle social. Como garantia deste direito, de 15 em 15 dias, em cada núcleo, é proporcionado às crianças e adolescentes, atividades externas que possibilitam a ocupação de espaços públicos, objetivando o lazer, a cultura, prática esportiva ou ecológica e a discussão sobre os espaços públicos na comunidade. Foram realizadas diversas atividades externas nesse ano em praças por toda a cidade e até mesmo em cidades vizinhas (praças essas centrais e periféricas) e também a outros espaços como a visita a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), que possibilitou o contato das crianças e adolescentes com a biblioteca e com o centro esportivo e que também foi muito importante para o surgimento de alguns questionamentos sobre futuro e levou a criação de uma pequena biblioteca, por iniciativa das crianças e dos adolescentes, no núcleo da Paim; também realizamos a comemoração da Semana da Criança e do Adolescente (encontro internuclear) que aconteceu na praça Imperatriz Leopoldina com a integração dos núcleos em um dia inteiro de confraternização, integração e diversão, valorizando o direito ao brincar. Os locais destas atividades externas, foram escolhidos pelas crianças e adolescentes no planejamento semanal, de forma democrática e participativa e ao retornar destes espaços para a CCA, os educadores em conjunto com as crianças e adolescentes realizavam reflexões sobre o que viram e os agradou, ou não, e como podem mudar o contexto onde estão inseridos.

A CCA, com representatividades das crianças, dos adolescentes e/ou equipe, também marcou presença em outras atividades como o Dia Nacional de Enfrentamento à Exploração de Crianças e Adolescentes; a Criação do CRAI no CRAS Leste; o Ato Cultural em alusão aos 28 anos do ECA, atividade da prefeitura municipal de São Leopoldo; a Conferência da Criança e do adolescente e posteriormente na Reunião da Comissão da Conferência da Criança e do Adolescente, onde os adolescentes puderam questionar e se posicionar sobre seus desejos como cidadãos e questionar alguns acontecimentos do dia da conferência com os quais não ficaram satisfeitos; do Ciclo de debates regional e intersetorial, na câmara de vereadores de São Leopoldo; do Dia da Mulher Negra e Caribenha, na câmara de vereadores de São Leopoldo; dos Diálogos sobre o Impacto de Política de Drogas para a Juventude, encontro com Thainã do Coletivo Papo Reto e do Movimentos, do Rio de Janeiro, em parceria com o Programa de Apoio a Meninos e Meninas (PROAME) e a Fundação Luterana de Diaconia (FLD); da atividade em alusão a Semana Mundial Da Água, realizada na fazenda Quinta da Estância em Viamão; Oficina de desenhos com o chargista Tacho em parceria com o PROAME; do encontro da Caravana de Participação, que ocorreu na Câmara de Vereadores e teve sua mesa composta apenas por adolescentes, o que deu mais voz para a participação de adolescentes na vida política; entre outras atividades.

#### **4. CAS - CENTRO DE ATENDIMENTO DE SEMILIBERDADE**

O CAS – Centro de Atendimento de Semiliberdade – São Leopoldo, no ano de 2018 atendeu de forma direta 61 adolescentes e jovens e de forma indireta foram realizados 659 acompanhamentos. Ocorreram 19 evasões; 29 desligamentos; 03 recambiamentos (transferência) para o CASE; 03 transferências para outras Unidades; e, 01 adolescente faleceu em 24/02/18 quando estava em visita familiar, num confronto com a Brigada Militar, na cidade de Sapucaia do Sul.

Importante ressaltar que para a elaboração desse Relatório foi fundamental a valorização das percepções individuais, assim como, as construções coletivas e o roteiro orientador.

Das principais ações realizadas – continuadas e pontuais – foram apontadas o crescente número de socioeducandos fazendo cursos e inseridos no mundo do trabalho, tornando-se um incentivo para os demais que ainda não estavam; e, a realização de rodas de conversa com os adolescentes e jovens abordando temas, como respeito às regras da medida socioeducativa de semiliberdade, das regras da Unidade e o respeito com o “outro”. Discutiu-se com frequência as atitudes fora da Unidade, sobre escola, trabalho, lazer, família, e outros assuntos do dia a dia.

Foram ressaltadas as movimentações de toda a equipe do CAS/COL para a inserção dos adolescentes e jovens no mundo do trabalho, em estágios e cursos, por exemplo, corte de cabelo e a modernização do cotidiano dos jovens na casa, com a equipagem de videogame, TV fechada e caixa de música.

Também apontada como uma das principais ações realizadas os atendimentos aos adolescentes, às famílias e as reuniões de equipe. Foram realizados atendimentos aos adolescentes e familiares; e, reuniões junto à Rede de atendimento, em especial o CAPS'i. A realização de atendimento aos adolescentes e suas famílias oportuniza o diálogo, o estabelecimento de uma relação de confiança entre o profissional e a família, o que pode contribuir para que o cumprimento da medida socioeducativa ocorra de forma mais implicada da parte do adolescente e o deixe mais "leve".

Ações como o cuidado e manutenção das estruturas físicas do CAS/COL realizadas pelo trabalho coletivo de alguns trabalhadores e socioeducandos; atividades externas com os adolescentes e jovens em locais de debates; atividades com a nutricionista; e, esportivas, contribuíram para concretizar e aproximar os vínculos de trabalho, seja ele, com os socioeducandos ou mesmo entre colegas.

Destacou-se entre as ações o “foco” nas formações proporcionadas, que qualificaram os trabalhadores, oferecendo capacidade crítica do que se deseja realizar dentro dos seus respectivos Programas; o curso da Justiça Restaurativa. O reconhecimento do COL com seus trabalhadores, foi apontada como uma das principais ações.

As temáticas do “desencarceramento” e dos “Direitos Humanos”, apresentadas nas formações a partir da atuação e planejamento do CDDH, se destacaram como as ações mais positivas, repercutindo em “pensá-las e aplicá-las” em todas as atividades realizadas, bem como, nas relações pessoais.

Quanto aos objetivos propostos para o ano e tendo como base o Planejamento realizado pela equipe do CAS/COL, já no segundo semestre do ano:

1) “a atuação na efetivação dos direitos humanos buscando garantir a socioeducação no cumprimento da MSE de semiliberdade”: - alcançamos os objetivos propostos de avaliação e encaminhamento de documentos dos adolescentes e jovens; - parcialmente: o curso de Justiça Restaurativa não foi concluído, em razão da impossibilidade de agenda da facilitadora que iniciou a capacitação; aplicação dos pressupostos da JR no trabalho cotidiano; amplitude na interlocução com a Rede de atendimento; a busca constante da consolidação das parcerias com a Rede de atendimento; o fortalecimento de vínculo e diálogo como base de trabalho foi de fundamental importância, mas construído cotidianamente como um processo; - não alcançados: GT para o Plano de trabalho para atividades internas e externas, sendo que ficou estabelecido sua constituição em março/2019;

2) “pautar a socioeducação nos espaços de discussão pública, visando a desmistificação da MSE”: - alcançamos os objetivos relativos às reuniões realizadas com possibilidade de futuras formações; de divulgação das práticas socioeducativas, com a constituição de pautas de discussão na Rede, sendo realizado oito momentos de diálogos e troca de experiências com a

Rede; - não alcançados: intensificar o diálogo sobre a socioeducação e ainda não foi criado o GT para efetivá-lo.

Já com relação aos avanços no desenvolvimento do trabalho ficou destacado a integração entre socioeducadores e equipe técnica. Nos plantões da noite ocorreu uma “unidade”, ocorrendo as mesmas falas com os socioeducandos, tentando mudar o entendimento de que “no plantão de tal dia é assim, no outro é de outra forma”. Os socioeducadores compartilharam informações diariamente, especialmente nas trocas de plantões. Demandas excepcionais foram solucionadas de imediato demonstrando a “unidade de equipe” (socioeducadores e técnicos), sendo que em algumas situações a equipe foi acionada, sem nenhum alerta para os demais socioeducando na Unidade, sendo resolvidas com êxito.

A parceria com o CIEE e a Prefeitura de São Leopoldo foi um importante avanço para a formação e profissionalização dos adolescentes e jovens, possibilitando a ocupação de mais espaços relacionados com o mundo do trabalho.

A parceria construída com a rede de educação, tendo como destaque três escolas - E.M.E.F Paulo Beck; Instituto Estadual de Educação Professor Pedro Schneider; e, Escola Estadual. Essas, foram parceiras e em especial a Escola Pedro Schneider, que teve seis adolescentes inseridos em um mesmo período letivo, onde o protagonismo se evidencia através das conquistas e ocupação de espaços, resultando assim, na efetivação de garantia de direitos.

Os planejamentos estratégicos do COL nos últimos anos e sua parceria com o PROAME, tendo como fruto a criação do CDDH trouxe para o CAS a possibilidade de discussões internas e externas acerca de Direitos Humanos, gerando assim, um processo de reflexão sobre as nossas práticas de execução do trabalho, pensando num “alinhamento institucional”. Com isso, foram surgindo as contradições, que apareciam em determinados trabalhadores e na sua execução do trabalho. Outro fator importante foi a questão política, como as eleições municipais, estadual e para a Presidência, gerando tensões acerca das perspectivas futuras.

A partir disso tudo, nos momentos de reuniões e na execução do trabalho, a pauta “realinhamento institucional”, percebido como um revisor de práticas, foi entendido como um grande avanço; possibilitando discussões acerca do entendimento de conceitos e práticas sobre a socioeducação; a efetivação e garantia de Direitos Humanos; o protagonismo de adolescentes e jovens em cumprimento de semiliberdade; desencarceramento; entre outros. Isso repercutiu num novo olhar sobre o trabalho, proporcionado a possibilidade para que a equipe refletisse sobre os métodos de ação.

Assim, a construção do alinhamento organizacional entre os trabalhadores se deu de forma cotidiana, baseado na efetivação e garantia de Direitos Humanos de adolescentes e jovens que cumprem MSE no CAS, priorizando-os. O entendimento dessa construção teve repercussão positiva nas relações com os adolescentes, jovens e suas famílias; entre os trabalhadores; e, com a Rede de atendimento.

Ainda, podemos destacar que as mudanças ocorridas com a substituição de alguns trabalhadores tiveram o propósito de contribuir para o avanço e potencialização dos aspectos positivos da equipe de trabalho.

As dificuldades no desenvolvimento do trabalho se deu na falta de “alinhamento organizacional”; compreensão do que é “socioeducação”; e, a inobservância em priorizar o protagonismo dos adolescentes e jovens. Essas dificuldades foram observadas em alguns trabalhadores na execução do seu trabalho. A inobservância de garantia de direitos e do protagonismo também apareceu, muitas vezes de forma direta, noutras de forma velada, junto a Rede (educação, saúde, Judiciário e Ministério Público, etc.).

A falta de participação de alguns trabalhadores nos momentos de reuniões e formações, foi citado como dificuldade, pois acabaram gerando conflitos de ideias, uma vez que não estavam em sintonia com as propostas trabalhadas naqueles momentos.

Foi citado ainda como dificuldade “a demissão de alguns trabalhadores gerando momentos de tensão dentro da instituição, mas que ao mesmo tempo reconfigurou uma nova equipe com mais autonomia, produtividade e interdisciplinaridade.”

As formações realizadas com os trabalhadores foram fundamentais para o fortalecimento do trabalho, com a possibilidade de trazer temas relevantes para a compreensão, entendimento e importância do “seu fazer”, gerando a possibilidade de várias reflexões.

Institucionalmente o CAS se fortaleceu em relação àqueles que conseguiram assimilar o entendimento sobre medida socioeducativa e o trabalho socioeducativo; e, se fragilizou em relação aqueles que não conseguiram obter essa compreensão, ou que não se identificaram com ela.

A dificuldade encontrada na falta de alinhamento organizacional, compreensão do que é “socioeducação”, e a inobservância em priorizar o protagonismo dos adolescentes e jovens, observada em alguns trabalhadores na execução do seu trabalho, fragilizou a equipe, repercutindo na “tarefa” de cada trabalhador, nas interações, bem como, nos adolescentes e jovens.

Ambivalentemente, a demissão de alguns trabalhadores, fragilizou e fortaleceu diretamente o trabalho. Por um lado, a fragilidade apareceu na insegurança de alguns trabalhadores receosos com sua “estabilidade”, e, de outro, o fortalecimento foi ocorrendo – por alguns - com as modificações cotidianas, na forma de entendimento e execução do trabalho, bem como, com as novas admissões. A reconfiguração da equipe de trabalho foi importante para a busca constante da harmonização entre as metodologias e as práticas que trabalhamos.

O término do convênio com a FASE e o novo procedimento de parceria gerou insegurança em boa parte dos trabalhadores, diluídos após reunião realizada pela Direção, que esclareceu acerca do procedimento, repercutindo numa compreensão real da situação.

A articulação realizada com a Rede teve uma amplitude, em especial, na atuação do CDDH, com demandas advindas inclusive de outros municípios; a Rede Regional das Medidas Socioeducativas teve a adesão de mais quatro municípios que não faziam parte nos anos anteriores. Ocorreu o fortalecimento das parcerias com a Secretária de Saúde, destacando a interlocução com o CAPS’i, com acompanhamentos sistemático dos socioeducandos; com as Escolas, em especial a Escola Pedro Schneider; com os CREAS São Leopoldo e Novo Hamburgo, em círculos e passagem de casos, geralmente relacionados às progressões para Liberdade Assistida; com a FASE, convocando um trabalhador para construção de normativa relativa ao adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo.

Por fim a contemplação do projeto: Centro de Defesa de Direitos Humanos: Articulando Redes de Proteção, seleção UNESCO/Criança Esperança veio enfatizar ainda mais o reconhecimento da Organização na esfera do Sistema de Garantia de Direitos na Rede Local e Regional, possibilitando que a pauta dos Direitos Humanos seja constante interna e externamente, tornando prática cotidiana.

São Leopoldo, dezembro de 2018.

**Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.**  
Paulo Freire - Pedagogia da indignação.